

^{Brasil} Custo das reservas é muito alto

Diretor do Banco Central afirma que, ao invés dos atuais US\$ 74,5 bilhões, o nível “confortável” é de US\$ 55 bilhões

Governo não poderá manter indefinidamente o atual patamar, acima do que o mercado considera prudente

Rio - O diretor da Área Externa do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, considerou “confortável” para a economia brasileira a manutenção das reservas cambiais em torno de US\$ 55 bilhões. A cifra é 25% inferior aos cerca de US\$ 74,5 bilhões de reservas registrado em abril, mas Pinho ressaltou que isto não significa que o governo pretende reduzir o volume a este nível. “Estou dizendo apenas que US\$ 55 bilhões não gerariam controvérsias sobre o nível excessivo de reservas”, comentou.

De qualquer forma, o diretor do BC deixou claro que o governo não pretende manter as reservas cambiais indefinidamente no patamar em que se encontram. “O custo é muito elevado”, explicou. Em países mais desenvolvidos, a quantidade de reservas que garanta por quatro meses as importações já é tida como suficiente.

No Brasil, segundo Pinho, o volume hoje é bastante para 14 meses de importações. “Estamos muito acima do que seria considerado prudente pelo mercado”, afirmou o diretor do BC, que ontem fez palestras na Bolsa de Valores do Rio e no Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Ibef), falando sobre os reflexos da moeda única europeia sobre a economia brasileira

e sobre as perspectivas do Brasil depois da crise asiática.

Nos meses de fevereiro, março e na primeira semana de abril, o Banco Central registrou o ingresso no País de US\$ 5,5 bilhões em capital de curto prazo, com prazo médio de aplicação de seis meses. A partir de junho, parte desses investimentos que permanecerá no mercado interno terá de migrar para aplicações de prazo mínimo de dois anos, por exigência do Banco Central.

Como a entrada de novos investimentos deve ser tímida em junho, Pinho prevê nova queda de reservas. Julho terá uma entrada significativa de dinheiro externo, por causa da privatização das telefones, mas, desta vez, vai se tratar de capital de longo prazo.

“Fechamos as portas ao capital de curto prazo”, disse o diretor do BC, referindo-se à medida baixada em abril que proibiu investimentos externos no País por período inferior a dois anos. “Não queremos um capital que sirva apenas para arbitragem de juros”, continuou. “O único capital de curto prazo que nos interessa é o do Anexo 4, pois capitaliza as bolsas de valores e é uma alternativa de investimento para as empresas”, disse ele, que classificou como “dinheiro bom” todo aquele que entra em bolsas de valores.